



PAPEL DOS ACTORES EXTERNOS EM MOÇAMBIQUE: INVESTIMENTO E AJUDA INTERNACIONAL

Embaixador Miguel Costa Mkaima

A cooperação tem uma longa história, já desde o momento da independência. Moçambique e Angola eram países emergentes, não tinham experiência de cooperação. Os nossos protocolos foram assinados nessa época, e hoje precisam de ser reformulados.

Hoje estamos numa situação em que é preciso reactivar esta cooperação. Os dados apresentados pelo estudo do IEEI apontam para a necessidade de uma nova postura face às questões da cooperação, tanto na vertente bilateral como na multilateral.

As experiências passadas devem ser aproveitadas para a definição de novas fases da cooperação entre Angola, Portugal e Moçambique. Uma cooperação que assenta em princípios universais, e que é largamente facilitada pelos valores históricos e culturais comuns.

Essa cooperação, particularmente na sua vertente económica, deve basear-se em objectivos que promovam o desenvolvimento sustentável. E esse conceito de desenvolvimento deve tirar partido da aproximação cultural que existe entre os três países. Os resultados do inquérito demonstram que a problemática cultural ainda não é devidamente explorada. Através da aproximação criam-se facilidades que contribuem para uma melhor gestão das nossas economias.

Moçambique e Angola precisam de ajuda internacional, e particularmente da ajuda portuguesa, para reduzir rapidamente a dependência externa e aumentar a sua capacidade de gestão económica. O objectivo central do governo moçambicano é reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento. O combate à pobreza requer uma estratégia combinada com a promoção do desenvolvimento, onde os actores externos desempenham um papel de complementaridade. Os actores externos são promotores de investimento, tornam possíveis os projectos de desenvolvimento.

Ainda acerca resultados preliminares dos inquéritos apresentados ontem, pode-se concluir que a problemática de investimentos em Angola e Moçambique é complexa. Precisamos de

investidores que podem garantir projectos estruturantes, que possam transferir a tecnologia, que criem emprego e que contribuam para a elevação dos níveis de vida da população. O investimento externo deve também procurar alcançar a capacitação do empresariado nacional. Daí a necessidade de criação de parcerias empresariais com vantagens mútuas. Antes de realizar um investimento é preciso ter um conhecimento aprofundado do mercado em questão. Neste contexto, o papel da diplomacia na criação de um ambiente de negócios e atracção de investimento é de grande importância. Mas para tal é preciso que a diplomacia assuma a função de intermediário.

Moçambique considera como parceiros estratégicos os países da União Europeia com quem mantém relações fortes. No entanto, a relação histórica e privilegiada que mantém com Portugal justificaria uma presença ainda mais significativa do empresariado português em Moçambique.

Todavia, sente-se no discurso dos empresários portugueses uma resistência considerável à realização do investimento em Portugal. Essa resistência provém essencialmente de uma falta de informação actualizada sobre a realidade do mercado moçambicano que é preciso colmatar. A nível da CPLP, o Conselho Empresarial é uma entidade importante para a facilitação das relações económicas e comerciais no espaço dos países de expressão portuguesa.